

ALVES, Vânia Malheiros Barbosa. *Vanguarda operária: elite de classe?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, 140 p.

Este livro é resultado de pesquisas efetuadas pela autora para a obtenção do título de Mestre em Sociologia pelo Departamento de Sociologia do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Liverpool, na Inglaterra.

O tema enfocado por Vânia Alves é sem dúvida palpitante, e de há muito não se escrevia especificamente sobre este assunto, que a própria autora julga complexo, pois a teoria da "aristocracia operária" apresenta problemas de abordagem metodológica. Quer pela dificuldade em se definir com clareza quem, dentro da classe operária, são os "aristocratas", quer pelo fato de ao ser transposto para o contexto contemporâneo, tal conceito historicamente cunhado na Inglaterra do século XIX, leva-nos a conclusões mais próximas dos preceitos "funcionalistas" que "marxistas".

Na ânsia de explicar toda esta problemática metodológica ao leitor, a autora dedica os dois primeiros capítulos de seu livro. Chama-nos a atenção, para o ano de 1885, quando Engels usou pioneiristicamente o conceito de "aristocracia operária", numa passagem onde ele se referia aos "Grandes Sindicatos" ingleses como "uma aristocracia no meio da classe operária". Contudo, foi Lênin quem burilou tal conceito, associando-o à questão do imperialismo, cujo paradigma de então era a Inglaterra.

Antes de se analisar a tríade Lênin — imperialismo — aristocracia operária, convém lembrar que a Inglaterra deste período enfrentava o problema da "expansão do uso das máquinas no processo produtivo e a escalada imperialista". Com isto aparece em cena a mão-de-obra desqualificada, que era aquela especializada numa função específica, ao contrário do *craftsman*, que efetuava a produção de todo o produto. Irrompe a luta entre o artesanato e a mecanização (lembra-se do Movimento Ludista?), cujos resultados todos nós já sabemos. As consequências políticas deste embate foi o surgimento de "novos" sindicatos que passavam a representar a crescente massa de operários desqualificados, e a luta contra os "velhos sindicatos" que eram para Engels "the great unions", i. e., os "Grandes Sindicatos", lídimo representante da "aristocracia operária" inglesa.

Com a concentração da economia capitalista e a complexidade do sistema industrial que já não mais podia ser gerido pela figura clássica do empresário, cria-se um corpo administrativo gerencial, que faria a ligação entre o empresário e os produtores diretos. Esses "co-patrões" eram recrutados ou na classe média ou dentre os ex-artesãos, que ainda mantinham valores distintos do resto da classe mesmo com a fusão das duas antigas vertentes sindicais.

Esta fusão de parte da classe operária com a média, só foi possível, segundo Lênin, devido ao imperialismo britânico. Graças à expansão mundial do capitalismo inglês, acrescentou o líder russo, pôde a burguesia local "comprar o referido setor do operariado para fins políticos, pela oferta de privilégios econômicos e sociais. E isto pareceu, à grande parte do operariado, bem mais promissor que o rebaixamento de seu padrão social e econômico pela irreversível mas-

sificação da produção, do trabalho e dos trabalhadores". Lênin não ficou só nisso. Foi além e previu. Previu que tal fenómeno, leia-se "acidente histórico", não se repetiria noutro lugar, pois à medida que o monopólio mundial crescesse, ele teria que ser dividido entre outros países capitalistas tão sequiosos de lucros como a Inglaterra. O rateio seria conseqüentemente menor, e os custos para se comprar um setor do operariado pela burguesia seriam muito altos. Sua tentativa de dar um caráter de especificidade à "aristocracia operária" falhou, simplesmente, porque sua análise do imperialismo como última etapa do capitalismo não suportou o peso das evidências empíricas.

O que Lênin realmente queria era explicar o fracasso da Segunda Internacional que caminhava para o reformismo proletário. Esse reformismo, pejorativamente apelidado de oportunismo, só ocorria, segundo ele, por causa do imperialismo sem competidores, praticado pela Inglaterra. Aí Lênin tentou vestir *cientificamente* o conceito de "aristocracia operária", quando seus objetivos eram claramente *políticos*.

A questão é que hodiernamente este tipo de explicação, com leves retoques, encontra adeptos, principalmente no Terceiro Mundo.

Empenhada em discutir as distintas interpretações da sociologia ocidental sobre a classe operária, tendo sempre como ponto de referência o conceito de "aristocracia operária", a autora inicia o segundo capítulo do livro.

Abre-o com uma análise da *Teoria do "Aburguesamento"*, cujo argumento básico "é o de que a alienação do trabalho na produção pode ser superada, ou pelo menos compensada, pela vida social dos operários. Pois esta vida social, produzida pela afluência da sociedade capitalista moderna, estimula o operário a identificar-se com a empresa no mesmo estilo da classe média: o operário 'white-collar': num emprego burocrático". Noutros termos, a satisfação fora do trabalho (non-work satisfaction), advinda da afluência, suplantaria o conceito marxista de alienação do trabalho, enfraquecendo a consciência da classe operária.

Daniel Bell e Ralph Dahrendorf advogam o "fim da ideologia", pois alegam que não há mais lugar para a "luta de classes" no sentido de pugnar por alterações na estrutura de produção, mas, tão-somente o "conflito industrial" cuja função seria a de obter o máximo possível da mais-valia. É uma briga de proporção e não de essência.

Goldthorpe refuta a tese do aburguesamento, enveredando pela linha gramsciana: a aparente apatia revolucionária da classe operária não é sinal de satisfação com o *status quo*, mas reflexo da dominação ideológica burguesa. Cita dados para comprovar sua afirmação: "67% dos operários afluentes se consideravam proletários ou classe baixa, enquanto apenas 14% se atribuíam *status* de classe média".

Para a autora a pesquisa de Goldthorpe peca pela simplicidade, pois constata apenas o estado psicológico da classe e não o mais importante, ou seja, o nível real de consciência de classe, que, nem sempre, chamo extensão, é igual ao somatório das consciências normativas dos indivíduos.

Seguindo a trilha, Vânia Alves tece considerações sobre a *Teoria da "Nova Classe Operária"*, de conteúdo neomarxista. A tese central é que é "este 'novo

operário' quem possui os meios objetivos e eficientes de desafiar o capitalismo moderno, posto que é fruto deste. O operário tradicional e suas ações políticas não conseguem ameaçar a indústria superavançada, já que tais ações são baseadas em uma organização fabril e em uma relação de trabalhos tradicionais. Portanto, a 'nova classe operária' é a única, no neocapitalismo, que possui renovada capacidade revolucionária produzida pela dinâmica dos mais modernos empreendimentos industriais''.

Com o avanço do capitalismo, surge o sistema de autogestão na fábrica, onde os operários controlam o processo de produção e daí partem para arrostar o sistema, sob uma nova perspectiva. A afluência, originada por este capitalismo de ponta, não atrapalha a consciência de classe, muito pelo contrário. Para Mallet, satisfeitas as necessidades básicas dos trabalhadores, aí então, é que eles poderiam se dedicar a pelear por mudanças de conotação realmente ideológica.

A integração do operário no capitalismo, devido ao controle que vai adquirindo do processo de produção (encroaching control), portanto, em nada significa a aceitação do sistema. Muito pelo contrário, é visto como um trampolim para o controle total dele, via luta de classes.

Esta visão de Mallet é contestada por Duncan Gallie baseado em pesquisas realizadas em indústrias avançadas na Inglaterra e França. Para ele, é um perigo se enfatizar o papel da tecnologia na formação ideológica do operariado subestimando os fatores culturais e sociais, próprios de cada país.

Conforme a teoria da "nova classe operária", a consciência revolucionária do operário moderno resulta de uma organização democrática no trabalho, onde uma maior horizontalidade das funções leva a diminuição da alienação do trabalhador e, conseqüentemente, um acréscimo no grau de satisfação do mesmo. No entanto, "os dados numa indústria de tecnologia avançada de Gallie mostram que na Inglaterra, embora o trabalho numa indústria de tecnologia avançada seja mais democratizado que na França, os operários exibem uma ideologia mais conservadora''.

Afora isto, mesmo pertencendo a indústrias de tecnologia sofisticada, seus operários enfrentam problemas semelhantes aos seus pares tradicionais: salários, sistema de rodízio e níveis de controle. A disputa entre patronato e empregados não foi tão alterada como se supunha, e em geral são pacificamente resolvidas na Inglaterra, mas na França acabam em conflitos generalizados. Isto também prova que a tecnologia não consegue acabar com as características culturais específicas de um povo.

Dando prosseguimento a sua linha expositiva, a autora envereda para o continente africano, e sua (dele) visão da teoria da "aristocracia operária". Numa sociedade tipicamente terceiro (quarto) mundista, com grandes disparidades de renda, tecnologia, etc. e com falta de autonomia política, a aplicabilidade do conceito de "aristocracia operária" torna-se mais difícil de ser executada. Numa região eminentemente agrícola, onde os direitos básicos do trabalhador é um luxo para a maioria dos indivíduos, e onde o conceito de indústria tradicional/moderna/de ponta é substancialmente diferente da Europa Ocidental, surgem os impasses, que são resolvidos de um modo cru: há uma classe operária que mantém o ardor revolucionário e outra que serve às classes dominantes. Em

linguagem simples, há os que "estão com nós" e os que "são contra nós". Esta falta de especificidade redonda numa salada de definições, onde situações aparentemente imiscíveis, tomam existência concreta. Destarte, ser "operário aristocrata" pode ser o que faz parte do sindicalismo oficial contra a desorganizada base proletária; ou pertencer ao setor moderno da indústria ao invés do tradicional; ou ser "white-collar" e não operário urbano desqualificado ou trabalhador rural. O paradoxo do operário ora ser "aristocrata" por pertencer ao sindicalismo oficial, mas, concomitantemente deixar de sê-lo por trabalhar numa indústria tradicional, não foi resolvido, e a autora não se detém infelizmente no aprofundamento deste aspecto.

Aos capítulos III e IV a autora dedica mais de 50 páginas das 140 do livro, para discorrer sobre a formação histórica da classe operária. Tamanho exagero não se coaduna com a proposta da autora, pois existe uma bibliografia especializada sobre o assunto. Isto a pouparia de algumas imprecisões como a de afirmar que o anarquismo é posterior à necessidade do operariado "se impor como classe e adquirir alguns direitos humanos". Esquece a autora, que contundentes greves de classe no Brasil remontam à primeira década deste século, quando o movimento operário sob influência anarquista logrou a obtenção de direitos básicos, que ela alega ser posterior.

Outro simplicismo é definir o Estado getulista de fascista, apenas por sua prática corporativista. É como pudéssemos tachar Mitterrand de comunista por ter nacionalizado bancos particulares. Há outras razões que negam o possível fascismo de Vargas, mas que por problema de espaço prefiro não me alongar.

O último capítulo é aquele que todos nós aguardamos. Mas afinal, existe ou não uma "aristocracia operária no Brasil?"

Os sociólogos que estudam o processo de dinamização do capital via tecnologia industrial concordam que isto gerou uma divisão de "caráter técnico e de lógica produtiva na estrutura do sistema industrial", mas divergem quanto aos efeitos causados na classe operária. Uns alegam que tudo isso gerou uma divisão política na classe e outros negam estes efeitos divisores.

Maria Hermínia T. de Almeida e Leôncio Martins são adeptos da primeira interpretação. Martins advoga que os trabalhadores da indústria de carros de São Paulo estão *satisfeitos*, graças aos bons salários e estabilidade de emprego. Para Maria Hermínia, "os problemas que um operário da Volkswagen enfrenta no seu dia-a-dia de trabalho são necessariamente diferentes daqueles que afligem os trabalhadores numa pequena fábrica de tecidos do Bom Retiro".

O diagnóstico dos dois autores citados deságuam no conceito da "aristocracia operária", já que a ação destes trabalhadores, melhorando seu nível de vida, tende a aumentar o fosso em relação ao restante da população obreira. A defasagem que se cria não é apenas econômica, mas também política. Afinal de contas as grandes empresas modernas possuem uma visão política e não policial do sindicalismo operário. Com isto, abrem-se novas formas de organização trabalhistas, que levam a novos pontos de negociação, que redundam em resultados distintos dos obtidos pelo setor tradicional.

As pesquisas de John Humphrey o levam a conclusões bem diferentes. Segundo ele, não existe uma divisão nítida e sistemática entre os setores tradi-

clareza logo no início do trabalho, dentro do capítulo de introdução. Das duas partes em que o livro se divide, a primeira aborda, em onze capítulos, a região como um todo. Na segunda parte, o autor, depois de haver realizado uma sub-regionalização do espaço do estudo, examina detidamente cada um dos quatro subespaços agrários em que o divide: o da sub-região do Baixo e Médio Parnaíba, o da sub-região do Itapecuru e Mearim, o da sub-região da Fachada Costeira e o da sub-região da Pré-Amazônia Maranhense. Em cada uma dessas unidades sub-regionais os aspectos analisados referem-se a uma caracterização geral, às atividades agroextrativas, às atividades pastoris e à repartição e dinâmica populacionais.

Inicia-se a primeira parte com a apresentação do quadro geocológico. Focaliza, de um lado, as características bioclimáticas que são responsáveis por uma sucessão de zonas: a de vegetação de caatinga, a dos cerrados, a dos babaçuais e capoeiras e a de revestimento do tipo florestal. De outro lado, examina os aspectos propriamente fisiográficos nos planos morfológico, edáfico e hidrográfico. Deve-se registrar que os diferentes elementos do quadro natural são analisados em suas inter-relações mas sem detalhamentos específicos que excedam a medida do necessário à compreensão dos condicionamentos que exercem sobre o processo de ocupação humana do espaço e sobre as formas com que atualmente se apresentam os resultados dessa ocupação em termos de estruturas econômicas e sociais (cap. 1o.)

Segue-se um conjunto de capítulos (2o. ao 7o.) em que o autor aborda o sistema de uso de recursos, considerado em seu conjunto e em cada um dos sub-setores constitutivos. Estudam-se, nessa parte, de modo detido e sucessivamente, as atividades de lavoura, de pecuária, de extrativismo vegetal, de agroindústria e de pesca. Ao identificar ali o tipo de abordagem específica levada a efeito em cada um desses segmentos da estrutura sócio-econômica, o leitor se poderá capacitar de como valeu a pena o esforço de pesquisa realizado pelo autor, com sua equipe. Esforço a que alude no prefácio ao referir que, ao acervo de informações e observações obtido no trabalho de gabinete, conjugou-se o resultante de um trabalho de campo "para cuja obtenção foram realizadas três excursões com a duração de duas semanas cada uma, cujos percursos, dentro da área, somaram mais de 7.000 km". Foi certamente o material assim reunido que permitiu ao geógrafo Mário Lacerda realizar, nos capítulos referidos, um estudo em profundidade onde, a nosso ver, alcançou plenamente o seu desígnio de compreender o espaço analisado, inclusive no tocante a dois aspectos essenciais: o alusivo aos fatores que respondem pela estruturação sócio-econômica regional e o referente à problemática de natureza social gerada por essa mesma estruturação.

Enquanto os cinco mencionados capítulos são de natureza eminentemente econômica, embora compreendendo os aspectos sociais vinculados aos citados diferentes tipos de atividades, os três capítulos subseqüentes (8o. ao 10o.) tratam de matéria de caráter mais acentuadamente social, embora a vincule sempre ao embasamento econômico. Inicia-se essa parte do livro pelo exame da estrutura fundiária. O capítulo a ela destinado ocupa-se dos fatores a que se deve a muito acentuada concentração de terras existente no espaço regional. Sobretudo da muito importante influência das formas de colonização vigorantes em

diferentes subespaços e épocas do processo geo-histórico de formação territorial. A observação mais relevante, a esse propósito, é a de que tanto a ocupação colonizadora devida à expansão pastoril a partir das áreas da caatinga e dos cerrados como a realizada através da grande lavoura canavieira e algodoeira e como a colonização resultante, mais recentemente, dos deslocamentos da fronteira agrícola, acarretaram processos de estruturação fundiária caracterizados pela ampla predominância da grande propriedade e, não raro, do superlatifúndio.

No espaço destinado ao estudo da estrutura sócio-econômica rural, o do capítulo 8o., é examinada detidamente a situação dos lavradores ou pequenos produtores rurais. As relações sociais de produção e a estrutura da comercialização respondem, no juízo do autor, por um processo de transferência de renda e por uma situação de dependência do pequeno produtor que se situam na base dos padrões de existência extremamente precários que afligem o grosso das populações rurais. Também contribui para a pobreza rural existente em toda a região o primitivismo dos processos produtivos, que ali se manifestam de modo mais acentuado, exprimindo-se na chamada agricultura itinerante. A própria estrutura fundiária constitui um empecilho à melhoria da tecnologia agrícola. Termina o capítulo com um exame dos empreendimentos de colonização oficial representada pelas colônias do Alto Turi, de Buriticupu e de Barra do Corda.

O aspecto da problemática social examinado a seguir é o referente às tensões sociais e aos conflitos pela posse da terra. No capítulo a ele destinado (cap. 10), o geógrafo Mário Lacerda caracteriza a estrutura macrofundiária como fator basilar dessas tensões e conflitos. As mudanças econômicas recentes, ocorridas a partir da nova infra-estrutura de circulação, acarretando uma corrida irrefreável pelo apossamento de terras, responde por uma violenta agudização do problema. A par disso, o movimento de colonização espontâneo ou de deslocamento da fronteira agrícola, multiplicando o número de posseiros, multiplica também o número de conflitos entre estes e os detentores de terras. Detentores estes que, com frequência, possuem amplos ou muito amplos domínios fundiários havidos através de formas ilegítimas ou ilícitas como é sobretudo o caso das cessões injustificadas de glebas feitas pelo poder público, da simples ocupação de fato e do uso dos meios fraudulentos que caracterizam o tão difundido fenômeno da grilagem.

O autor observa que esse processo insólito de estruturação fundiária "assumiu tal magnitude que praticamente não deixou áreas livres por onde se pudessem deslocar uma frente de avanço de pequenos agricultores". O fenômeno é conhecido sob a designação de "fechamento da fronteira agrícola". O que se traduz, no âmbito sub-regional, pela existência de uma enorme extensão de terras apropriadas mas totalmente destituídas de função social. E, no âmbito nordestino, isso significa a perda da função regional que a Pré-Amazônia vinha desempenhando como área receptora de excedentes populacionais da macrorregião.

Depois de indicar, através de dados, as dimensões assumidas pelos chamados conflitos de terras, o autor detém-se na análise daquilo a que denomina "gênese estrutural do problema" para, em seguida, examinar a ação dos órgãos interessados que são, ao lado dos vinculados ao poder público, as entidades de classe e instituições ligadas à Igreja. O processo de auto-organização camponesa e a se-

cional e moderno. Humphrey alega não ter detectado estabilidade de emprego na indústria de carros paulista, e a taxa de rotatividade do trabalho é tão alta quanto as outras indústrias tradicionais. Os salários maiores, argumenta, não são frutos simplesmente dos níveis mais altos de qualificação da força de trabalho, mas associados a um maior índice de produtividade. Paga-se melhor, porque se produz mais. O que Humphrey se esqueceu de perguntar ao operário, é se ele prefere trabalhar 8 horas diárias, produzir menos e ganhar menos, ou labutar o mesmo número de horas, produzindo mais e ganhando mais.

Porém o xis da questão para ser discutido conforme a proposta da autora, é saber se esta diferença de afluência é capaz ou não de quebrar a unidade operária brasileira a nível político. Teríamos de um lado "um operariado estruturalmente avançado, forte mas ideologicamente anti-revolucionário *versus* um operariado com maiores potenciais revolucionários mas estruturalmente atrasado, o que impedia o desenvolvimento daquele potencial".

Vânia Alves repudia esta dicotomia sob alegação de mecanicismo, pois muitas vezes, por exemplo, a estrutura sindical é deficiente, no entanto o movimento operário é forte. É preciso cautela, arremata, para não se reduzir o "movimento operário", isto é, "autênticas mobilizações e ações políticas operárias, ao "sindicalismo" que na realidade histórica brasileira, nada mais tem sido que uma forma de organização forçada, atrelada, coxa, sem nenhum poder de ação".

A autora também preocupa-se em impedir que uma análise perfunctória do proletariado brasileiro em comparação com o operariado europeu, mesmo apresentando traços comuns tais quais a falta de uma perspectiva revolucionária imediata e uma estratificação interna da classe (social, profissional, econômica ou política), termine por transplantar mecanicamente um paradigma teórico para a realidade local. Como assim? É ilusório, argumenta, que a patente diferenciação setorial do proletário brasileiro gere uma "aristocracia operária", que se encarregaria de aburguesar a classe, mitigando os conflitos ideológicos.

No Brasil, lembra a autora, "no nível da ação operária, tanto as reivindicações específicas como as de caráter amplo, referentes a toda a Nação não podem em hipótese alguma ser qualificadas de burguesas reformistas, ou de interesse contrário à classe. Ao contrário, elas têm representado invariavelmente ameaças à ordem estabelecida, o que comumente tem atribuído impiedosa repressão sobre os operários mobilizados. Anistia, eleições livres para todo e qualquer cargo político no país, sistema sindical livre, legalização do Partido Comunista, formação de um Partido Operário independente, reforma agrária e justiça social são algumas das demandas básicas sempre presentes nas plataformas do recente movimento operário brasileiro sob liderança dos metalúrgicos do ABC".

Se a autora é feliz em mostrar que o operariado do setor moderno ao invés de dizer amém à ordem burguesa, a questiona incessantemente, ela não pode negar que sua descrição reflete muito mais o operariado paulista que brasileiro. Recentemente os operários metalúrgicos de São Paulo conseguiram um aumento salarial acima do INPC fixado pelo governo federal; no entanto, os operários do resto do país continuam a ter seus salários regidos pelo índice padrão. De nada adianta, para estes operários, se seus companheiros paulistas questionam a ordem burguesa, pois de concreto sua situação em nada mudou.

De acordo com os cânones científicos apresentados pela autora, Lula e companheiros não formam uma "aristocracia operária"; na prática, eles são assim detectados, mesmo que inconscientemente, pelos seus colegas trabalhadores de indústrias tradicionais. E há outra questão a se considerar. Levando em conta a falta de perspectiva revolucionária no Brasil a curto e médio prazo, a tendência é que o operariado paulista vá cada vez conseguindo níveis salariais acima da média operária nacional, alongando o fosso entre o setor tradicional e o moderno. Isto traria óbvias conseqüências de classe e políticas, como por exemplo um maior isolamento do Partido dos Trabalhadores, que tenderia a se tornar definitivamente um fenômeno paulista, por mais que seus membros teoricamente não formem uma "aristocracia operária".

Este livro tem o mérito de nos levar a refletir acerca da utilidade de se fazer uma mudança paradigmática (no sentido Khuniano), na abordagem do papel da vanguarda operária brasileira.

Jorge Zaverucha

Fundação Joaquim Nabuco

BULLOCK, Alan & WOODINGS, R. B., ed. *The Fontana biographical companion to modern thought*. London, Fontana Paperbacks, 1983. 867 p.

Citando Carlyle — para quem "a história é a essência de inúmeras biografias" —, os organizadores da obra supra-referenciada apresentam o *pensamento moderno* através de 2.000 verbetes biográficos, dedicados às figuras mais representativas do século XX. Cronologicamente, a obra compreende o período que vem de 1900 a nossos dias; e tematicamente inclui tanto as ciências naturais e sociais como as humanidades e certas áreas específicas do século, como a fotografia e o cinema, a comunicação e a informática, o jazz e a música popular, o feminismo e a chamada contracultura. Contrariando o maurrasiano *politique d'abord*, dos políticos somente foram verbetizados os que se destacaram como pensadores originais e escritores criativos.

Muito acertadamente, estão incluídos alguns pensadores e cientistas que, embora do século XIX, tiveram suas contribuições reconhecidas no século seguinte, como Marx, Babbage, Kierkegaard e Boole. *Pensamento moderno* — explicitam os organizadores — é "o corpo do saber e dos conceitos, hipóteses e relações definidos de modo original por escritores, filósofos, cientistas naturais, cientistas sociais, artistas, etc. que, reconhecidos como pertencentes ao século XX, foram progressivamente considerados como representativos de uma cultura e de um contexto intelectual comuns".

A verdade é que, excluindo — com raras exceções — personalidades orientais, os organizadores resvalaram num inaceitável exclusivismo europeizante. As-